

PLANEJAMENTO EDUCACIONAL: ESTADO DO CONHECIMENTO SOBRE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DA REGIÃO CENTRO-OESTE DO BRASIL

Educational planning: state of knowledge on monitoring and evaluation of municipal education plans in the midwest region of Brazil

Elidia Vicentina de Jesus Ribeiro - UEMG/ Passos*

Ione Barbosa Fonseca – UFSCar/Sorocaba**

Paulo Gomes Lima - UFSCar/Sorocaba***

Resumo: Este artigo é um recorte de um estudo maior sobre Planejamento Educacional desenvolvido em municípios da região metropolitana de Sorocaba. A presente pesquisa tem como objetivo identificar estudos e pesquisas científicas na área da Educação que tratam do monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação com foco na região Sudeste do Brasil. Trata-se de uma pesquisa do tipo estado do conhecimento que se utiliza da análise documental e descrição crítica dos resultados, que demonstraram através das produções encontradas e selecionadas, uma deficiência e escassez no que diz respeito ao monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação durante sua vigência (2014-2024) na região Sudeste. Os estudos apontam para a necessidade de uma construção mais participativa e democrática do planejamento educacional, especificamente o PME, para que seu monitoramento e avaliação sejam estruturados de forma que a sociedade tenha acesso às informações.

Palavras-chave: Planejamento Educacional. Monitoramento e avaliação da educação. Planos Municipais de Educação. Região centro-oeste.

Abstract: This article is a part of a larger study on Educational Planning developed in municipalities in the metropolitan region of Sorocaba. This research aims to identify studies and scientific research in the area of Education that deal with the monitoring and evaluation of Municipal Education Plans focused on the Southeast region of Brazil. This is a state of knowledge research that uses documentary analysis and critical description of the results, which demonstrated through the found and selected productions, a deficiency and scarcity with regard to the monitoring and evaluation of municipal education plans during its validity (2014-2024) in the Southeast region. The studies point to the need for a more participatory and democratic construction of educational planning, specifically the SME, so that its monitoring and evaluation are structured so that society has access to information.

Keywords: Educational Planning. Monitoring and evaluation of education. Municipal Education Plans. Midwest region.

*Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos - Campus Sorocaba/SP, membro do GEPLAGE UEMG/ Passos – Grupo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas, Planejamento, Avaliação e Gestão da Educação e Docente da Área de Didática e Avaliação da Aprendizagem, junto à UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade de Passos-MG. E-mail: elidiavjr2@gmail.com.

** Mestre em Educação pela Universidade Federal de São Carlos - Campus Sorocaba/SP e membro do Grupo de Estudos e Pesquisa Estado Políticas, Planejamento, Avaliação e Gestão da Educação – GEPLAGE/UFSCar Sorocaba. E-mail: ionebarbosa1976@gmail.com.

***Pós-Doutor pela UNICAMP. Doutor em Educação Escolar pela UNESP. Líder do GEPLAGE - Grupo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas, Planejamento, Avaliação e Gestão da Educação e docente do PPGED UFSCar campus Sorocaba/SP. Coordenador do Projeto de Pesquisa. E-mail: paulogl.lima@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como finalidade apresentar um mapeamento do estado do conhecimento no que se refere ao monitoramento e avaliação dos planos municipais de educação na região centro oeste do país. Ressaltamos que tal mapeamento se insere no âmbito de um projeto amplo intitulado *Planejamento Educacional: monitoramento e avaliação dos planos municipais de educação da região metropolitana de Sorocaba/SP* sob a coordenação do Prof. Dr. Paulo Gomes Lima, docente no Departamento de Ciências Humanas e Educação (DCHE) e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Carlos- Campus Sorocaba (UFSCar).

Este projeto tem como hipótese o entendimento de que a Comissão Coordenadora do Monitoramento e Avaliação, a partir dos municípios mais populosos da Região Metropolitana de Sorocaba (RMS) tenha a percepção de que a agenda de trabalho estabelecida, o fluxo de monitoramento e o fluxo de avaliação e encaminhamentos para a correção de fluxos, conforme as metas estabelecidas nos Planos Municipais de Educação, sejam realizados de maneira mais efetiva e direta. A referida hipótese permeia a temática do planejamento educacional que, de acordo com Lima (2020), recebeu uma maior notoriedade e chamamento para delinear a expectativa de educação e seus respectivos resultados como projeto de nação, muito recentemente, tendo como destaque o desdobramento do I e II Planos Nacionais de Educação, cada um com duração decenal no período de (2001-2024).

No que concerne a organização e desenvolvimento desse projeto, são os membros do GEPLAGE-Grupo de Pesquisa Estado Política Planejamento e Gestão da Educação, os pesquisadores que se debruçam a partir de uma pesquisa qualitativa bibliográfica, no sentido de identificar as produções existentes no país, observando-se sistematicamente em cada uma das regiões suas perspectivas: Norte, Nordeste, Centro Oeste, Sudeste e Sul.

Isto posto, é de suma importância a apresentação, nesta introdução, como surgiu a necessidade dos Planos Nacionais de Educação, Planos Municipais de Educação e seus respectivos monitoramento e avaliação, no sentido de ampliar a compreensão sobre o objeto de pesquisa. Logo em seguida, expõe-se os dados coletados a partir da pesquisa do estado do conhecimento para, finalmente, tecer as considerações sobre o panorama da produção científica, especificamente relacionada ao monitoramento e avaliação dos planos municipais de educação da região centro-oeste, foco do presente artigo.

Os Planos de Educação são documentos, com força de lei, que estabelecem metas para que a garantia do direito à educação de qualidade avance no período de dez anos. Abordam o conjunto do atendimento educacional, envolvendo redes municipais, estaduais, federais e as instituições privadas que atuam em diferentes níveis e modalidades da educação: das creches às universidades e estabelecido como um importante instrumento da política pública educacional (VIEIRA e RAMALHO, 2017). Atualmente, estabelecidos para todo o país, tais planos tiveram sua origem quando da criação do Conselho Nacional de Educação (CNE) no contexto da Reforma Francisco de Campos em 1931. De acordo com Vieira, Ramalho e Vieira (2017), houve a preocupação de designar uma ou mais comissões para o preparo e redação de um plano nacional de educação que fosse planejado e implementado num determinado período de tempo que estaria fixado no próprio plano. Conforme ressaltado pelos autores Vieira, Ramalho e Vieira (2017), a constituição modificada em 1934 deixa claro em seu Art. 150º:

[...] compete à União "fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do País (BRASIL, 1934).

O projeto final do primeiro PNE foi levado então para votação na câmara em 1937. No entanto, no final daquele mesmo ano, o início do Estado Novo impossibilitou que o projeto do PNE fosse adiante, quando do fechamento dos poderes representativos, incluindo a câmara onde o projeto tramitava (VIEIRA, CARVALHO e VIEIRA, 2017). Posteriormente, no governo de João Goulart (1956-1964), o CNE recebeu novamente a atribuição de discutir e formatar o PNE. Em 1962, surgiu o primeiro PNE no Brasil que se conformou como um conjunto de metas quantitativas e qualitativas que deveriam ser alcançadas no período de oito anos (BRASIL, 2001).

Novamente em 1964, os planejamentos em busca de uma educação crítica e democrática foram interrompidos pela ditadura cívico militar, período no qual a educação privada recebeu incentivos por parte do governo, enquanto a educação pública sofria os impactos da desvalorização. Ainda no ano

de 1964, implementadas as normas descentralizadoras e de estímulo de planos estaduais (BRASIL, 2001), o plano nacional foi dividido em regionais, retirando a responsabilidade financeira federal.

Na década de 1980, a educação que fora marcada pelo regime que então perdia forças, já se encontrava no contexto das influências de organismos internacionais que financiavam os países em desenvolvimento.

A década de 1990 impactou o sistema educacional brasileiro não somente com as orientações oriundas do Banco Mundial como também por meio da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB) (BRASIL, 1996) que retomou a unificação de metas e objetivos para a educação nacional, ressaltando a necessidade da elaboração do PNE em seu Art. 9º: *A União incumbir-se-á de: elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios* (BRASIL, 1996).

Assim, no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (FHC), no ano de 2001, foi aprovado o Plano Nacional da Educação (PNE) pela Lei nº 10.172 de 10 de janeiro de 2001 (BRASIL, 2001), vetando a emenda que havia proposto um investimento de 10% do Produto Interno Bruto em Educação (VIEIRA, CARVALHO e VIEIRA, 2017). O novo PNE de 2011, no governo de Luís Inácio Lula da Silva, reforçou as diretrizes colocadas pelo governo anterior, mantendo as relações com o mercado externo.

Em 2014, com a aprovação de um novo PNE, o Ministério da Educação publicou um documento intitulado *O Plano Municipal de Educação: Caderno de Orientações* (BRASIL, 2014) que especifica as etapas de planejamento e elaboração do plano municipal de educação de acordo com o PNE (2014-2024) e orientações técnicas para a realização de um diagnóstico que seja eficaz na construção de estratégias para o plano. Dessa forma, neste caderno, ressalta-se que:

O Brasil agora depende da elaboração ou adequação dos Planos dos 26 estados, do Distrito Federal e dos 5.570 municípios ao novo PNE. Não se trata apenas de uma exigência legal; sem planos subnacionais formulados com qualidade técnica e participação social que os legitimem, o PNE não terá êxito. Os Planos Estaduais de Educação (PEEs) precisam ser imediatamente produzidos, debatidos e aprovados em sintonia com o PNE. E os Planos Municipais (PMEs), da mesma maneira que devem ser coerentes com o PNE, também devem estar alinhados aos PEEs dos estados a que pertencem. Para o cidadão, o PNE e os planos de educação do estado e do município onde ele mora devem formar um conjunto coerente, integrado e articulado para que seus direitos sejam garantidos e o Brasil tenha educação com qualidade e para todos (BRASIL, 2014).

O Caderno de Orientações referido acima lembra que, devido às visões de políticas públicas diferentes e soluções para os desafios educacionais também serem diversas é necessário que cada município realize seu diagnóstico, considerando o Plano Nacional da Educação e o Plano Estadual da Educação (BRASIL, 2014). Destaque importante colocado pelo caderno, diz respeito à participação da sociedade:

Também é fundamental considerar que o PME deve ser do município, e não apenas da rede ou do sistema municipal. O Plano Municipal de Educação é de todos que moram no município; portanto, todas as necessidades educacionais do cidadão devem estar presentes no Plano, o que vai muito além das possibilidades de oferta educacional direta da Prefeitura. Também não se trata do plano de uma administração da Prefeitura ou da Secretaria Municipal de Educação, pois atravessa mandatos de vários prefeitos e dirigentes municipais de educação. O trabalho pressupõe o envolvimento das três esferas de gestão (federal, estadual e municipal) e de representações dos diversos segmentos da sociedade, mas não deixa de conferir peso e importância ao papel dos dirigentes municipais. Para assegurar qualidade e dar peso político ao Plano, é desejável que o Prefeito e seus secretários assumam papel de destaque, como importantes lideranças na construção das decisões que vincularão o projeto educacional com o projeto de desenvolvimento local (BRASIL, 2014).

A primeira etapa a ser realizada, conforme o supracitado caderno, se refere à instituir ou reafirmar a Comissão Coordenadora que tem como função o levantamento dos dados educacionais do município e elaboração do Documento-Base do PME. A Comissão deverá ser acompanhada por uma equipe técnica que contribua com a análise de dados e informações, na avaliação dos investimentos necessários, na formulação de metas, estratégias e indicadores com base no levantamento dos dados

educacionais. O monitoramento e avaliação do PME precisam dispor de indicadores bem elaborados e aprovados junto com o PME, contribuindo também com o monitoramento do PEE e do PNE. Além de serem ferramentas indispensáveis para o processo de monitoramento e avaliação, os indicadores permitem o diálogo com a sociedade, garantindo a transparência e o controle social do Plano. Portanto, devem ser objetivos, mensuráveis no tempo, legítimos e relevantes. Aos responsáveis pelo monitoramento e avaliação também pode ser atribuída a tarefa de promover as Conferências Municipais de Educação, que fornecerão dados para avaliar a execução do Plano, contribuindo com a elaboração de um novo plano para o próximo decênio.

Após a retrospectiva histórica, a próxima sessão deste artigo tem como finalidade apresentar os dados coletados, por meio da pesquisa tipo Estado do Conhecimento, a respeito dos planos municipais de educação, especificamente sobre o monitoramento e avaliação dos planos dos municípios, tendo como foco a região centro-oeste do país. Por meio dos trabalhos selecionados, é possível acompanharmos a produção científica sobre os planos municipais de educação, que especificamente na região centro oeste, somam um número pequeno, assim como a possibilidade de monitoramento e avaliação dos planos.

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E O ESTADO DO CONHECIMENTO

Apresentamos, por meio do estado do conhecimento, os estudos identificados relacionados à temática do planejamento educacional, especificando os planos municipais de educação e seus monitoramentos e avaliações. Tal busca, pautada no estado do conhecimento, fornece dados que, metodologicamente, orientam o caminho a ser percorrido na reflexão aqui proposta. Assim, ressaltamos a definição de Morosini (2014) para o estado do conhecimento, qual seja:

[...] identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica (MOROSINI, 2014, p.155).

A busca se conformou por meio de delimitação temporal: publicações envolvidas no período de 2015-2020, por regiões do Brasil e as equações da pesquisa foram definidas como: Bloco 1: "planejamento educacional" + "planos municipais de educação" + "monitoramento e avaliação da educação"; Bloco 2: "monitoramento e avaliação da educação" + "plano municipal de educação"; Bloco 3: "monitoramento e acompanhamento dos planos municipais de educação", com a seleção de trabalhos no intervalo entre A1 e B1 (A1, A2, A3, A4, B1) (LIMA, 2020).

Seguindo a referida sistemática, no Banco de Teses e Dissertações da Capes foram encontrados, de acordo com o Bloco 1, 3.721 trabalhos, Bloco 2, 4.415 e no Bloco 3, 1.083, publicações, dos quais foram selecionados um total de 5 trabalhos, sendo 4 dissertações de mestrado e 1 tese de doutorado após leitura dos títulos, análise de resumos e palavras chaves. Alguns critérios de exclusão auxiliaram na seleção de trabalhos que atendessem às delimitações desta pesquisa para a região centro-oeste, tais como: estudos sobre educação infantil, educação inclusiva, auditorias de planos, planejamento de saúde, programas de seguro-desemprego, logística urbana e avaliações externas.

As discussões nos 5 trabalhos selecionados abrangem desde a tese de Alves (2020) que pesquisa o processo de elaboração dos Planos Municipais de Educação (PMEs), considerando o envolvimento da sociedade política e da sociedade civil nesse trabalho, e entendendo-os enquanto política de Estado, especificamente no Estado de Goiás, passando pela dissertação de Valadão (2015) que discute sobre o planejamento educacional, analisando as contribuições do PAR - Plano de Ação Articuladas, para a melhoria do planejamento municipal e para os resultados do Ideb, dos 4 municípios sul-matogrossenses pesquisados. Utilizou-se de pesquisa quanti-qualitativa desenvolvida mediante um conjunto de procedimentos metodológicos que envolvem a revisão bibliográfica e documental, entrevistas e questionário. Além dos trabalhos citados, identificou-se a dissertação de Feitosa (2016) que, por meio de uma abordagem qualitativa, examinou a materialização de uma dimensão do Plano de Ações Articuladas referente às práticas pedagógicas, analisando a sua contribuição para a melhoria da qualidade educacional na Rede Municipal de Ensino de Dourados - MS.

A dissertação intitulada "Avaliação e monitoramento dos Planos Municipais de Educação na Região Cone Sul/MS (2015-2017)", de Corrêa (2019), analisou os procedimentos e orientações legais do

monitoramento e da avaliação em relação aos Planos Municipais de Educação da região Cone Sul do Estado de Mato Grosso do Sul/MS. A autora lembrou que o monitoramento contribui no sentido de percebermos progressos e efemeridades de efetivação, auxiliando o poder público com informações que permitam ajustes e revisões a serem postos no decorrer do processo de implementação de dada política. Alves (2020), analisou o processo de elaboração dos planos municipais de educação, destacando Jannuzzi (2013) acerca da importância do monitoramento das políticas públicas e o que se entende a respeito de monitoramento:

O monitoramento de políticas públicas encontra lugar de destaque dentro da função planejamento quando se considera que seu objetivo é, fundamentalmente, o aprendizado sobre as ações do governo e seus impactos na sociedade, tanto no campo técnico-burocrático quanto no político, conferindo a devida relevância para a intersectorialidade que as permeia. Esse entendimento traz o monitoramento para posição central na aquisição de conhecimento necessário para agir em prol da implementação de políticas e para o aumento de entregas efetivas de bens e serviços à população (JANNUZZI, 2013, p.31).

A relevância no planejamento, para que o Estado possa promover o desenvolvimento e bem-estar social, trouxe considerações a respeito de sua necessidade para a sociedade e o Estado. Jannuzzi (2013) discorre sobre a necessidade do planejamento:

Essa emergência do planejamento mostrou que a atividade de acompanhamento das ações de Estado vai muito além da simples mensuração da execução física ou financeira do orçamento. Trata-se de processo multifacetado, transversal a diversos órgãos e que deve levar em consideração, necessariamente, os arranjos formados interna e externamente à agenda avaliada para que se possa explicar seu andamento e, ainda, o porquê de algumas metas não estarem sendo alcançadas. A compreensão de cada ator envolvido na política acerca de como operam esses arranjos, assim como de sua inserção neles, impulsionaria o processo de aprendizagem e difusão de conhecimento, essenciais à melhoria da gestão pública. Tudo isso sempre com foco no auxílio à implementação para a melhoria das entregas feitas ao povo (JANNUZZI, 2013, p. 43).

Em relação a busca junto a *Revista Científica Scielo*, seguindo a metodologia de pesquisa mencionada, revelou 143 artigos e, a partir da seleção dos filtros quanto à idioma em Língua Portuguesa, da área de Ciências Humanas e artigos publicados dentro do espaço temporal delimitado entre 2015 a 2020, foram identificados 17 artigos que, por meio de critérios de exclusão após leitura dos resumos dessas obras, tais como: inclusão escolar, outras regiões que não a centro oeste, sobre gestão ambiental e educação integral de forma geral, foram selecionados 2 artigos.

Entre os dois artigos selecionados, Silva e Ferreira (2018) analisaram as interferências do Plano de Desenvolvimento da Educação e do Plano de Ações Articuladas na gestão dos sistemas municipais de ensino em Goiás e, Souza e Menezes (2017) analisaram as vinculações previstas por onze Planos Estaduais de Educação (PEEs), em relação a outros instrumentos de gestão local da educação, como o Plano Municipal de Educação (PME), o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), as Leis Orçamentárias (LOs) e o Projeto Político-Pedagógico (PPP), demonstrando encontrar falta de integração dos Planos Estaduais de Educação à gestão estadual da educação, assim como ao seu planejamento nacional e municipal. Silva e Ferreira (2018) destacam que

O planejamento educacional tem ganhado, nos últimos anos, significativo destaque como política pública. Essa perspectiva pode ser observada com a aprovação do PDE, do PAR e do Plano Nacional de Educação (PNE 2014–2024). Na ótica do governo federal, esse conjunto de políticas públicas tem, por finalidade, planejar a educação e propor o alcance de objetivos relativos à elevação da oferta e da qualidade da educação básica, a serem atingidos em médio e longo prazo (SILVA; FERREIRA, 2018).

Além do mais, estes ressaltam que a implementação do PAR, apresentou problemas de operacionalização do plano, mas que de forma isolada, houve progressos em alguns casos, deixando evidente limitações estruturais e técnicas para operacionalização das ações nos municípios.

Em relação aos avanços identificados na implementação, foi possível identificar em alguns municípios, ainda que de forma isolada, uma maior direção conceitual e metodológica para o planejamento educacional por meio do instrumento de diagnóstico do PAR. Entretanto, os avanços foram permeados por contradições, alguns municípios queixaram-se da quantidade limitada de técnicos do MEC para orientar o processo de diagnóstico/implementação das etapas constituídas no PAR, bem como a pressa e a objetividade dos técnicos do Ministério na forma de condução das orientações prestadas aos municípios, cujo sentido primordial foi alcançar bons resultados educacionais materializados na elevação das notas do IDEB (SILVA; FERREIRA, 2018).

Nas ideias de Souza e Menezes (2017), "os Planos Estaduais de Educação (PEEs) são considerados importantes instrumentos de gestão" pois integram "objetivos e metas do plano nacional", e traduzem para a realidade territorial do estado as principais demandas dos municípios para que possam, dessa forma, adequar seu planejamento às suas necessidades reais.

O estudo Estado do Conhecimento a partir de outros trabalhos publicados sobre a temática na Região Centro Oeste, dentro do espaço temporal delimitado neste estudo, se fixou nas publicações da ANPAE (Associação Nacional de Política e Administração da Educação) e ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação), pela relevância que as referidas instituições representam no campo da pesquisa educacional no Brasil.

Inicialmente na Biblioteca da ANPED, Grupo de Trabalho 05, percorremos pela identificação de artigos e trabalhos publicados nas Reuniões Nacionais dentro do espaço temporal delimitado, verificando os títulos e resumos destes trabalhos. Identificou-se 2 artigos: *A dinâmica do Conselho Municipal de Educação de Campo Grande/MS no planejamento local*, de Conde e Oliveira (2018) e *O Plano Municipal de Educação de Dourados e a Gestão dos Sistemas Educacionais*, de Cunha, Silva e Costa (2018), da Universidade Federal de Grande Dourado - MS.

Para Conde e Oliveira (2018), com base em estudos, sobretudo em Cury (2015), alegam que a participação em um colegiado significa elementos importantes para a democracia para além de um ato puramente administrativo e destaca que,

Compreende-se, portanto, a democracia como elemento inserido na totalidade e que, ao se correlacionar à gestão democrática, demonstra seu caráter dinâmico, abarcando os processos de decisão, as relações de poder e o exercício da cidadania democrática e da participação ativa por parte de todos os sujeitos envolvidos (LIMA, 2014). Participação que impulsiona a representação social no processo de negociação, disputas e conflitos em torno dos anseios da sociedade, por exemplo, no processo de materialização do plano de educação local (CONDE e OLIVEIRA, 2018).

Nesse sentido os autores investigam sobre a participação no Conselho Municipal de Campo Grande, e apresentam resultados tais como: ausência de espaços de deliberação, sem indicação de conselheiros e resistências negativas do Poder Executivo. No segundo trabalho selecionado a partir da busca na Biblioteca da ANPED, GT 5, Cunha, Silva e Costa (2018), *O Plano Municipal de Educação de Dourados e a Gestão dos Sistemas Educacionais*, encontram-se discussões que os autores afirmam que o processo de criação de sistemas municipais de ensino não é algo simples e envolve um complexo ciclo de políticas que visam atingir objetivos como desigualdades estruturais pelo desenvolvimento socioeconômico. Além disso, as políticas sofrem mudanças, reformulações, modificações e transformações. Portanto, há que se compreender suas intencionalidades.

Enquanto instrumento jurídico normativo o Plano Municipal de Educação de Dourados-MS, busca normatizar a gestão democrática, em seu sistema educacional, tendo em vista que a gestão democrática se constitui em uma dimensão essencial da educação, uma vez que, por meio dela, pode se observar a escola e os problemas educacionais, bem como possibilitar a definição dos rumos dessa instituição pela comunidade escolar e local (CUNHA et. al., 20).

Quanto aos trabalhos publicados nos simpósios da ANPAE (Associação Nacional de Política e Administração da Educação), identificou-se 9 trabalhos apresentados nos Seminários Regionais e em

Simpósios Brasileiros de Política e Administração da Educação a partir da temática "Monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação".

Gimenes (2020), com trabalho publicado no Seminário Regional da ANPAE Centro Oeste, apresentou estudos que realizou em torno do planejamento educacional e suas concepções de gestão, com o objetivo de investigar como se apresentam esses planejamentos na perspectiva de uma concepção de gestão gerencial, e na concepção de gestão democrática. Nesse mesmo evento, sobre *O Fórum Municipal de Educação (FME) e o "Monitoramento" do Plano Municipal de Educação (PME) de Dourados – MS*; Aquino (2020) destaca que o FME é uma conquista de ampla participação do âmbito nacional ao local e tem-se relevância educacional e social para acompanhar as metas do Plano Municipal de Educação (PME), ou seja, fazer parte das discussões das políticas educacionais vislumbra-se uma educação de qualidade socialmente referenciada.

Nesta mesma propositura, Braga e Mello (2020), pesquisam o Plano Estadual de Educação (PEE), a partir da Meta 7 - Qualidade na educação. Tomou-se por base a análise de documentos de referências dos dados educacionais, em correlação aos dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). No Seminário Regional da ANPAE nº 3, da Região Centro Oeste, Campo Grande/MS, a pesquisa nos levou ao seguinte trabalho: *Participação do Conselho Municipal de Educação na materialização da Meta 19 do Plano Municipal de Educação de Campo Grande-MS 2015-2025: aspectos histórico e legal*, Conde e Oliveira (2018), cujo trabalho apresenta a caracterização do Conselho Municipal de Educação de Campo Grande (CME-CG) e os dispositivos legais municipais que definem as competências desse colegiado para a materialização de políticas públicas educacionais, tendo em vista a importância da gestão democrática na construção das políticas públicas educacionais.

No XXIX Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação 2019, realizado na Universidade Federal do Paraná (UFPR), em Curitiba foi apresentada uma pesquisa em andamento referente a Região Centro Oeste, qual seja, *Planejamento Educacional no Estado de Mato Grosso e Plano Estadual de Educação: adequação, monitoramento e avaliação*, de Seba *et. al.* (2019), procurando identificar, descrever e analisar a participação de sujeitos sociais na adequação, monitoramento e avaliação do PEE/MT 2014/2024 e as repercussões na democratização da gestão educacional.

Outro trabalho apresentado no referido Simpósio, em parceria com as instituições Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), por Almeida e Nees (2019). O trabalho, *Conselho Municipal de Educação (CME): Participação e Monitoramento do Plano Nacional de Educação (PNE)* buscou analisar "O conselho municipal de educação no Brasil e a qualidade socialmente referenciada do ensino".

Os trabalhos apresentados no XXVIII Simpósio da Anpae – 2017, em João Pessoa/ PB, aponta-se o primeiro que envolveu várias regiões do Brasil, com estudo realizado em dez municípios, sendo eles, um município na região norte, dois municípios nas regiões nordeste, centro-oeste e sul e três municípios da região sudeste brasileiros, Bauer e Sousa (2017), neste estudo, objetivou contribuir de forma mais ampla, para o conhecimento das avaliações educacionais no país, por meio das próprias avaliações implantadas nesses municípios, o que revelou a centralidade que as iniciativas em larga escala vem adquirindo nas políticas locais, as quais direcionam as ações pelos seus resultados.

Outro trabalho apresentado, *Planejamento da Educação Básica em municípios Sul-Mato-Grossenses: implicações* do Oliveira (2017). O estudo apresenta resultados de pesquisa sobre ações definidas no primeiro mandato do Governo Dilma Vana Rousseff (2011-2014), no segundo ciclo do Plano de Ações Articuladas (PAR) 2011-2014 de três municípios de Mato Grosso do Sul (Campo Grande, Dourados e Corumbá), e suas implicações para a gestão democrática da educação básica, momento que demonstrou maior centralização do Ministério da Educação, por um lado e, por outro, indução dos governos municipais a assumirem responsabilidades na gestão da educação.

Planejamento Educacional em contexto local: Plano Municipal de Educação de Naviraí-MS (2015-2024), por meio de Oliveira e Scaff (2017) analisa o processo de planejamento com vistas à formulação do Plano Municipal de Educação de Naviraí (PME-NAV 2015-2024). A pesquisa documental e realização de entrevistas e após, análise à luz da produção acadêmica da área, observou-se que a formulação do PMENAV (2015-2024) favorece a prática de planejamento e a aceção da participação e do poder local, tendo, no entanto, limites em relação à participação, sobretudo das famílias dos alunos do município de Naviraí.

Completando a pesquisa tipo Estado do Conhecimento a que nos propusemos a realizar, no portal de periódicos da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior encontramos trabalhos sobre a temática do planejamento educacional, de acordo com os descritores, somando um total de 10 artigos publicados. Os trabalhos que atenderam aos critérios de inclusão optaram por uma abordagem qualitativa em suas pesquisas, tendo como fontes documentos oficiais, legislação e literatura especializada sobre a temática do planejamento educacional.

A concepção de participação dos Conselhos Municipais de Educação no Estado do Mato Grosso do Sul na elaboração dos Planos Municipais de Educação é objeto de reflexão do trabalho realizado por Aranda e Barcelos (2018) enquanto Fernandes e Monteiro (2018) analisaram especificamente as propostas de avaliação dos Planos Municipais de Educação elaboradas por conselheiros municipais de educação que participaram do curso de extensão de Formação Continuada de conselheiros municipais. Scaff, Oliveira e Aranda (2018) refletem sobre as particularidades relacionadas ao planejamento educacional na elaboração dos Planos Municipais de Educação de dois municípios do Mato Grosso do Sul, ressaltando as disputas e a centralidade do poder local, tendo a gestão democrática como um desafio a ser superado.

O processo de monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação em sete municípios da região do Cone Sul do Mato Grosso do Sul é objeto de estudo de Perboni e Corrêa (2019). Assim, como o monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação de Jataí/GO é uma problemática trabalhada por Raimann e Farias (2019) que buscaram compreender as contradições das relações sociais presentes no processo de monitoramento e avaliação.

O controle social e ações dos Conselhos Municipais de Educação no acompanhamento e implementação dos Planos Municipais de Educação na região centro oeste faz parte da reflexão de Raimann, Oliveira e Raimann (2019). A relação entre o cumprimento da Meta 19, que trata dos princípios da gestão democrática da educação, e o Plano Municipal de Educação de Dourados/MS é objeto de estudo de Silva e Aranda (2019). Já a Meta 2 do Plano Estadual de Educação do Mato Grosso do Sul (2014-2014) cujo objetivo é universalizar o ensino fundamental de 9 anos para toda a população de 6 a 14 anos e garantir pelo menos que 95% dos estudantes concluam essa etapa na idade recomendada, é investigada na pesquisa empreendida por Bigarella e Lewandowski (2020).

Os Cadernos de Orientações (SASE/ MEC), produzidos com apoio técnico de destacadas organizações nacionais para subsidiar as esferas subnacionais no processo de elaboração dos Planos Municipais de Educação são objeto de reflexão de Oliveira, Nascimento e Militão (2019) no sentido de desvelamento de uma possível influência de tais orientações no referido processo e na atuação dos sujeitos nele envolvidos. Manfio (2021) analisa, a partir de levantamento bibliográfico, qual o papel dos conselhos municipais de educação na elaboração e monitoramento dos planos municipais de educação, sua história e ligação com a elaboração e implementação dos Planos Municipais de Educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Planos Municipais de Educação se intensificaram como temática de discussão dos Conselhos Municipais de Educação quando do fortalecimento destes últimos anos na década de 1990, no contexto da descentralização e democratização da educação brasileira. Ressaltamos que a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e a LDB/1996 (BRASIL, 1996) legitimaram e fortaleceram os conselhos de educação diante do princípio da gestão democrática como um dos princípios da educação brasileira previstos nas referidas legislações.

A gestão democrática permanece como um desafio na efetivação das políticas públicas educacionais, evidenciando a necessidade da participação social como um direito desde o planejamento até a avaliação dos resultados obtidos com o monitoramento contínuo destas políticas. A participação é um processo de aprendizado no qual os cidadãos se qualificam no sentido do controle social, monitorando e avaliando as ações do Estado.

Os trabalhos selecionados, a partir da pesquisa tipo Estado do Conhecimento para a construção deste artigo, ressaltam que, para além da necessidade de mais pesquisas que se aprofundem no estudo do monitoramento e avaliação dos planos municipais de educação, é fundamental a reflexão sobre a participação da população no sentido do fortalecimento do debate público.

A análise contínua, que se configura em monitoramento da política pública, se diferencia da etapa da avaliação na qual se realiza um estudo aprofundado sobre o cumprimento de metas e objetivos construídos a partir do diagnóstico das demandas sociais no momento do planejamento da mesma política.

Assim, o monitoramento e a avaliação de um plano municipal de educação contribuem com a revisão das metas e estratégias do mesmo e se necessário a reconfiguração destas de acordo com a realidade educacional do município. Tais revisões e ajustes requerem um contexto de participação efetiva da população, por meio de instâncias representativas, para que a qualidade da educação seja socialmente referenciada. Mas, acima de tudo requer a definição de políticas públicas educacionais que implementem e apoiem o monitoramento e a avaliação de forma eficiente conforme o princípio da gestão democrática.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. B.; NEZ, E. Parceria de instituições - Conselho Municipal de Educação (CME): participação e monitoramento do Plano Nacional de Educação (PNE). In: *Anais do XXIX Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação. Regulação, avaliação e qualidade da educação: agendas e realidades locais*. ANPAE, 2019. Disponível em: <https://www.seminariosregionaisanpae.net.br/BibliotecaVirtual/5-Simposios/8VOLUME-Final.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2022.

ALVES, E. F. *Estado e planejamento educacional no contexto do federalismo: o processo de elaboração dos planos municipais de educação em Goiás*. 2020. 279 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020. Disponível em <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/10416>. Acesso em: 20 out. 2021

AQUINO, R. B. *O Fórum Municipal de Educação (FME) e o "monitoramento" do Plano Municipal de Educação (PME) de Dourados – MS*. Disponível em: <https://www.seminariosregionaisanpae.net.br/numero7/Comunicacao/EIXO1PDF/24RaquelBiancoAquinoE1.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2022.

ARANDA, F. P. N. *A Valorização docente na formulação do Plano Municipal de Educação de Dourados-MS (2015-2025)*. 2018. 178 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2018. Disponível em <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/1117>. Acesso em: 20 out. 2021.

ARANDA, M. A. de M.; BARCELOS, F. dos S. Conselhos Municipais de Educação na elaboração dos Planos Municipais de Educação no Estado de Mato Grosso do Sul: qual participação? *Revista Educere Et Educare*, Vol. 13, N. 27, jan./abr. 2018. Disponível em <https://e-revista.unioeste.br/index.php/educereteducare/article/view/17766/13159>. Acesso em: 16 dez. 2021.

BAUER, A. SOUSA, S. Z. Avaliação educacional, política e gestão da educação básica: estudo em 10 municípios brasileiros. In: *Anais Eletrônicos ANPAE. XXVIII Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação. Estado, Políticas e Gestão da Educação: tensões e agendas em (des)construção*. 2017. Disponível em <https://anpae.org.br/XXVIISIMPOSIO/publicacao/AnaisXXVIISimposio2017.pdf>. Acesso em 16 jan. 2022.

BIGARELLA, N.; LEWANDOWSKI, A. G. Monitoramento e avaliação do plano estadual de educação de Mato Grosso do Sul (2014-2024). UEM: *Acta Sci. Educ.*, v. 42, e.44903, 2020. Disponível em <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/44903/751375149406>. Acesso em: 11 nov. 2021.

BRAGA, P. G.; MELLO, C. A. *O panorama do Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul. (PEE/MS 2014-2024): META 7*. 2020. Disponível em <https://www.seminariosregionaisanpae.net.br/numero7/Comunicacao/EIXO1PDF/25PaolaGianottoBragaECidneiAmaralDeMelloE1.pdf>. Acesso em 16 jan. 2022.

BRASIL. Presidência da República. *Constituição da República Federativa do Brasil 1934*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm . Acesso em: 12 jan. 2022.

BRASIL. Presidência da República. *Constituição da República Federativa do Brasil 1988*. Disponível em https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf . Acesso em: 12 jan. 2022.

BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm . Acesso em: 11 nov. 2021.

BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001*. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm . Acesso em: 11 nov. 2021.

BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm . Acesso em: 11 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. *O Plano Municipal de Educação: Caderno de Orientações. 2014*. Disponível em http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_pme_caderno_de_orientacoes.pdf . Acesso em 12 jan. 2022.

CONDE, E. I. L. M. OLIVEIRA, R. T. C. *A dinâmica do conselho municipal de educação de Campo Grande/MS no planejamento local (2014-2018)*. Disponível em: http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_37_2. Acesso em: 30 jan. 2022

CORRÊA, J. C. de S. S. *Avaliação e monitoramento dos Planos Municipais de Educação na Região Cone Sul/MS (2015-2017)*. 2019. 114 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2019. Disponível em <http://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/1635>. Acesso em: 20 out. 2021.

CUNHA, P. A; SILVA, N. F. *O Plano Municipal de Educação de Dourados e a Gestão dos Sistemas Educacionais*. Disponível em http://anais.anped.org.br/regionais/sites/default/files/trabalhos/5/3582-TEXTO_PROPOSTA_COMPLETO.pdf. Acesso em: 30 jan. 2022.

FEITOSA, M. I. S. *O Plano de Ações Articuladas (PAR) na Rede Municipal de Ensino de Dourados, MS: a qualidade materializada nas práticas pedagógicas do ensino público fundamental*. 2016. 187 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2016. Disponível em <http://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/901>. Acesso em: 20 out. 2021.

FERNANDES, J. S. MONTEIRO, A. Formação continuada para conselheiros municipais de educação e a avaliação dos planos municipais de educação. *Passo Fundo: Espaço Pedagógico*, v.25, n.3, p.747-760, set/dez. 2018. Disponível em <http://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/8575/114114242> . Acesso em 16 dez. 2021.

GIMENES, P. C. *A concepção de gestão da educação básica na formulação da política de planejamento educacional do Brasil e do Paraguai*. 2021. 134f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2021. Disponível em <https://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/MESTRADO-DOUTORADO-EDUCACAO/Disserta%C3%A7%C3%B5es%20Defendidas/PamelaCaetanoGimenes%20%20Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf> . Acesso em: 12 jan. 2022.

JANNUZZI, P. de M. Sistema de Monitoramento e avaliação de programas sociais: revisitando mitos e recolocando premissas para sua maior efetividade na gestão. *In: Revista RBMA* 2013, p.04-27. Disponível em https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/RBMAs/RBMA_5.pdf . Acesso em: 21 fev. 2022.

LIMA, P. G. *Planejamento educacional: monitoramento e avaliação dos planos municipais de educação da região metropolitana de Sorocaba/SP*. Departamento de Ciências Humanas e Educação - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar - Campus Sorocaba/SP. 16 p. 2020.

MAIA, L. V. A.; SILVA, M. S.; SALVIANO, V. M. *Revista RBMA* 2013. p. 28-47. Disponível em https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/RBMAs/RBMA_5.pdf . Acesso em: 21 fev. 2022.

MANFIO, A. O papel dos conselhos municipais de educação na elaboração e monitoramento dos planos municipais de educação. Marília: *Educação em Revista*, v.22, p.77-90, 2021, Edição Especial. Disponível em <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/educacaoemrevista/article/view/10127> . Acesso em 30 jan. 2022.

MONLEVADE, J. A. A importância do Conselho Municipal de Educação na elaboração, implantação e acompanhamento da execução do Plano Municipal de Educação. *In*: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Infantil e Fundamental. Caderno de referência pró-conselho. Referência pró-conselho Brasília: Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação Pró-Conselho, 2003, 48 p. Disponível em http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/cme_cadrefer.pdf . Acesso em: 30 jan. 2022.

MOROSINI, M.C.; FERNANDES, C. M. B. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. Porto Alegre: *Educação Por Escrito*. v. 5, n. 2, p. 154-164, jul.-dez. 2014. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/8646/2/42.Estado%20do%20Conhecimento....pdf>. Acesso em: 11 mar. 2022.

OLIVEIRA, M. E. N.; NASCIMENTO, T. O. S.; MILITÃO, S. C. N. O processo de elaboração dos planos municipais de educação: saberes, diretrizes, políticas e práticas. *RBPAE*, v. 35, n.2, p.491-513, mai/ago. 2019. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/rbpaee/article/view/vol35n22019.91158/53894> . Acesso em: 16 dez. 2021.

OLIVEIRA, M. dos S. de; SCAFF, E. A. da S. Planejamento Educacional em contexto local: Plano Municipal de Educação de Naviraí-MS (2015-2024). 2018. Sorocaba: *Revista Quaestio*. v. 20, n. 1, p. 133-147, abr. 2018 Disponível em <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/quaestio/article/view/2976/3603> . Acesso em: 12 jan. 2022.

OLIVEIRA, R. T. C. de. Planejamento da Educação Básica em municípios Sul-Mato-Grossenses: implicações do Plano de Ações articuladas (PAR) para a gestão democrática (2011-2014). *Revista Série-Estudos* Disponível em <https://www.serie-estudos.ucdb.br/serie-estudos/article/view/875> . Acesso em: 12 jan. 2022.

PERBONI, F.; CORRÊA, J. C. de S. S. Planos Municipais de Educação de Mato Grosso do Sul: monitoramento e avaliação na região do Cone Sul. Sorocaba: *Laplage em Revista*, vol.5, n.3, set.-dez. 2019, p.101-109. Disponível em <https://laplageemrevista.editorialaar.com/index.php/lpg1/article/view/471/429> . Acesso em 16 dez. 2021.

RAIMANN, A.; FARIAS, R. H. da S. Monitoramento e avaliação do PME de Jataí-GO: desafios da Educação. Sorocaba: *Laplage em Revista*, vol.5, n.3, set.-dez. 2019, p.67-77. Disponível em <https://laplageemrevista.editorialaar.com/index.php/lpg1/article/view/468/426> . Acesso em: 16 dez. 2021.

RAIMANN, A. OLIVEIRA, C. A. V. de; RAIMANN, E. G. Planos Municipais de Educação em movimento: desafios nos Estados. Sorocaba: *Laplage em Revista*, v. 5, n.3, set/dez. 2019, p.3-5. Disponível em <https://laplageemrevista.editorialaar.com/index.php/lpg1/article/view/462/420> . Acesso em: 16 dez. 2021.

SCAFF, E. A. da S.; OLIVEIRA, M. dos S. de; ARANDA, F. P. N. Planejamento educacional e poder local na elaboração dos planos municipais de educação. Sorocaba: *Quaestio*, v. 20, n. 1, p. 133-147, abr. 2018. Disponível em <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/quaestio/article/view/2976/2871> . Acesso em 16 dez. 2021.

SEBA, M. S. da S.; ALMEIDA, R. M. P. de; BOTASSIN, R. M. F. Planejamento educacional no Estado de Mato Grosso e Plano Estadual de Educação: adequação, monitoramento e avaliação. In: XXIX Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação. 2019. Disponível em https://www.seminariosregionaisanpae.net.br/simposio2019/docs/COMUNICACOES_ORAIS_SALAS_27-03-19.pdf . Acesso em: 16 jan. 2022.

SILVA, N. F.; ARANDA, M. A. de M. O Plano Municipal de Educação de Dourados-MS (2015-2025): o movimento em torno da gestão democrática. Sorocaba: *Laplage em Revista*. vol.5, n.3, set.-dez. 2019, p.89-100. Disponível em <https://laplageemrevista.editorialaar.com/index.php/lpg1/article/view/470/428> . Acesso em: 11 nov. 2021.

SILVA, L. G.; FERREIRA, S. Plano de Desenvolvimento da educação e Plano de Ações Articuladas: interferências e contradições do Plano de Ações Articuladas na gestão dos sistemas municipais de ensino em Goiás. *Ensaio, Aval. Pol. Educ.* 26, jul-set. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/YCQZCy5x4DfDqVGYvvt5dcG/?lang=pt> . Acesso em: 31 out. 2021.

SOUZA, D. B.; MENEZES, J.S.S. Planos estaduais de educação: desafios às vinculações e outros instrumentos de gestão local da educação. *Rev. Bras. Educ.* 22, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/mhPLbnNmPNSFF4KHSKFSJbs/?lang=pt>. Acesso em: 31 out. 2021.

VALADÃO, Adriana. *O Plano de Ações Articuladas na gestão educacional: desafios à implementação das Políticas Educacionais em Municípios de Mato Grosso do Sul*. 2015. 192 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2015. Disponível em <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/1491> . Acesso em: 20 out. 2021.

VIEIRA, J. J.; RAMALHO, C. C.; VIEIRA, A. L. da C. A origem do Plano Nacional de Educação e como ele abordou as questões de gênero. *RPGE - Revista on line de Política e Gestão Educacional*, v.21, n.1, p.64-80, 2017. Disponível em <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9746/6592> . Acesso em: 12 dez. 2021.

Recebido em: 10.07.2022

Aprovado em 10.09.2022